



INFORMATIVO GIAC 154, de 30 de abril de 2021

Aos membros do Ministério Público brasileiro

Considerando as informações acerca das ações de enfrentamento da Covid-19 e os questionamentos recebidos pelo gabinete, o GIAC COVID-19 tem a informar o que se segue:

Senado Federal promoverá, na próxima segunda-feira (3), debate sobre o Plano Nacional de Imunização contra a Covid-19

Na próxima segunda-feira (3), às 10:00, o Senado Federal, por meio da Comissão Técnica Covid-19, promoverá debate sobre o Plano Nacional de Imunização contra a Covid-19. Para participar, acesse o link:

- **Senado Federal (Comissão Técnica Covid-19)**
 - [Debate sobre o Plano Nacional de Imunização contra a Covid-19 e o cumprimento dos respectivos prazos \(3/5/2021 às 10:00\)](#)

Fonte: Gabinete Integrado de Acompanhamento da Epidemia Covid-19

Lei de Patentes: PGR reiterou o pedido de suspensão imediata de dispositivo que veda produção de genéricos contra a Covid-19

O Procurador-Geral da República, Augusto Aras, reiterou, no Supremo Tribunal Federal (STF), o pedido de suspensão imediata dos efeitos do artigo 40, parágrafo único da Lei 9.279/1996 (Lei de Propriedade Industrial), também conhecida como Lei de Patentes. A norma veda a produção de medicamentos genéricos contra a Covid-19, tendo em vista os prazos estabelecidos para a vigência das patentes. A manifestação ocorreu em sustentação oral, na sessão da quarta-feira (28), início do julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5.529, ajuizada pela Procuradoria-Geral da República (PGR) contra o dispositivo.

Além da sustentação oral, Augusto Aras encaminhou memorial aos ministros do STF. O pedido de suspensão imediata do artigo foi apresentado em virtude da atual situação de crise sanitária causada pela Covid-19.

Íntegra

[Memorial \(ADI 5.529/DF\)](#)

Texto com adaptações: Secretaria de Comunicação Social da Procuradoria-Geral da República

PFDC enviou ao Senado nota técnica contra aprovação de PL que facilita compra de vacinas por empresas privadas

A Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC), órgão do Ministério Público Federal (MPF), enviou ao Senado, na quarta-feira (28), nota técnica sobre o Projeto de Lei 948/2021, que facilita a compra e aplicação de vacinas contra a Covid-19 por pessoas jurídicas de direito privado. O PL, já aprovado pela Câmara dos Deputados, possui como objetivo alterar o art. 2 da Lei 14.125/2021 e assim possibilitar que as empresas privadas adquiram vacinas para a aplicação gratuita e exclusiva nos seus colaboradores antes do término da imunização dos grupos prioritários previstos no Programa Nacional de Imunizações (PNI).

Segundo a NT, a legislação atual permite a compra dos imunizantes, mas exige que as vacinas sejam doadas ao Sistema Único de Saúde (SUS) em sua totalidade. Ao apresentar diversos critérios que demonstram risco de aprovação do PL, a PFDC considerou que o mesmo não tem potencial para acelerar a imunização da população. O órgão destacou que o dispositivo contraria a Constituição Federal, as premissas básicas do SUS, além de interferir na análise de segurança, qualidade e eficácia das vacinas, realizada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

Íntegra

Nota Técnica PFDC nº 4/2021

Texto com adaptações: Assessoria de Comunicação e Informação da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão.

MPF/AC e MP/AC requisitaram explicações do prefeito de Rio Branco, no Acre, sobre o "kit Covid"

Os Ministérios Públicos Federal (MPF/AC) e Estadual do Acre (MP/AC) deram prazo de cinco dias para que o prefeito de Rio Branco, Sebastião Bocalom (PP), responda a requisição de informações sobre declarações dadas por ele em defesa do “tratamento precoce” de pacientes acometidos pela Covid-19 com base em um conjunto de medicamentos que seria conhecido como “kit covid”.

Tião Bocalom deverá responder ao MP quais medicamentos compõem o denominado "kit Covid" a que ele tem se referido, e também se foi atestada a eficácia dos medicamentos que compõem o kit e, em caso positivo, deverá fornecer cópia do processo administrativo com os estudos realizados que comprovam as evidências científicas sobre a eficácia, a acurácia, a efetividade e a segurança dos medicamentos, produtos ou procedimentos oferecidos.

O gestor também deverá demonstrar ao MP se há alguma recomendação do Ministério da Saúde ou de órgão técnico para que o município de Rio Branco faça uso dos medicamentos que compõem o "kit covid", bem como informar se esses medicamentos estão sendo distribuídos nas unidades básicas de saúde e quais as diretrizes balizam essa distribuição.

Também foi questionado ao prefeito se o "kit covid" é destinado a todos os pacientes diagnosticados

com a doença ou se há critérios para a distribuição, a depender da gravidade dos sintomas percebidos, assim como a forma que está sendo realizado o acompanhamento da utilização desses medicamentos, dos resultados terapêuticos e de surgimento de intolerâncias e reações adversas importantes.

Além disso, Bocalom também deverá explicar se o fornecimento desses "kits" à população em geral será precedido da realização de testes positivos para Covid-19 e prescrição médica. O último ponto questionado pelo MP diz respeito à aquisição dos medicamentos, e Bocalom deverá explicar se houve compra desses fármacos, qual o valor destinado à aquisição e se foi precedido por procedimento licitatório.

Texto com adaptações: Assessoria de Comunicação Social do Ministério Público no Estado do Acre

MPF no Amazonas ajuizou ação de improbidade por irregularidades no contrato de gestão de unidades de saúde em Manaus

O Ministério Público Federal no Amazonas (MPF/AM) processou o Vice-Governador do Amazonas, Carlos Alberto Souza de Almeida Filho (PTB), o Secretário Estadual de Saúde, Marcellus Campelo, e os ex-secretários estaduais de Saúde Rodrigo Tobias de Souza Lima e Simone Araújo de Oliveira Papaiz por irregularidades no contrato de gestão de duas unidades de saúde em Manaus: a Unidade de Pronto-Atendimento (UPA) Campos Salles e Hospital Delphina Aziz. A ação de improbidade administrativa apresentada pelo MPF à Justiça Federal inclui, também, o Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano (INDSH) e o representante do instituto, José Carlos Rizoli.

Os autos tramitam sob o nº 1006905-07.2021.4.01.3200 na 3ª Vara Federal no Amazonas, onde aguarda julgamento.

Texto com adaptações: Assessoria de Comunicação Social do Ministério Público Federal no Amazonas

PRM em Itumbiara/GO oficiou gestores de Goiás sobre plano de imunização para profissionais de ensino

A Procuradoria da República no Município de Itumbiara/GO requereu, na quinta-feira (29), informações acerca do plano de imunização de profissionais de ensino em Itumbiara, Morrinhos e Goiatuba, situados na região sul do estado de Goiás. Os ofícios com os pedidos de informações encaminhados ao Estado de Goiás e aos três Municípios citados solicitaram que as autoridades se manifestem, em 48h, sobre: o estado atual de funcionamento das redes pública e particular de ensino, com a especificação das providências adotadas pelo poder público objetivando a preservação da saúde pública; o número estimado de alunos nas redes pública e particular de ensino, nos níveis fundamental, médio e superior; e a previsão de inclusão dos profissionais da educação no Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação Contra a covid-19.

De acordo com representação feita pelo Sindicato dos Professores do Estado de Goiás (Sinpro Goiás) ao MPF, a retomada das atividades presenciais, sem a prévia imunização dos profissionais da educação

escolar, tem o potencial de agravar o atual quadro epidemiológico. A representação trouxe, ainda, matéria jornalística informando que Itumbiara é o município goiano com mais de 100 mil moradores com maior taxa de mortes por Covid-19 por mil habitantes e acrescenta que a situação se repete nos demais municípios da região sul do estado.

Profissionais da educação — Segundo a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 6341, julgada recentemente pelo Supremo Tribunal Federal (STF), as autoridades estaduais e municipais estão credenciadas a determinar a imediata imunização dos profissionais da educação, sem que isso implique violação ao Plano Nacional de Imunização.

Íntegra

[Ofício ao Estado de Goiás](#)

[Ofício ao Município de Itumbiara/GO](#)

[Ofício ao Município de Morrinhos/GO](#)

[Ofício ao Município de Goiatuba/GO](#)

Texto com adaptações: Assessoria de Comunicação Social do Ministério Público Federal em Goiás

MPF no Paraná promoveu reunião com lideranças indígenas para discutir sobre a vacinação contra a Covid-19

O Ministério Público Federal no Paraná (MPF/PR) realizou, nos dias 28 e 29 de abril, reuniões com lideranças indígenas das aldeias de Guaíra e Terra Roxa, para discutir sobre a vacinação Contra a covid-19. Os encontros virtuais foram motivados pela recusa de muitos indígenas à vacina devido ao medo estimulado pelas notícias falsas acerca do imunizante.

As reuniões contaram com a presença da Procuradora da República em Guaíra, Hayssa Kyrie Medeiros Jardim, da Procuradora Regional dos Direitos do Cidadão, Indira Bolsoni Pinheiro, além de representantes da Defensoria Pública do Estado do Paraná (DPE-PR), da Secretaria de Saúde do estado (Sesa/PR) e do Distrito de Saúde Indígena do Litoral Sul (Dsei/Litoral Sul).

Texto com adaptações: Assessoria de Comunicação Social do Ministério Público Federal no Paraná

Operação Apneia: MPF/PE encaminhou provas à CPI da Covid, após autorização judicial

O Ministério Público Federal em Pernambuco (MPF/PE) obteve liminar da Justiça Federal que autorizou o compartilhamento das provas já colhidas, no âmbito da Operação Apneia, com a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Covid-19, instaurada para apurar irregularidades na destinação de recursos públicos repassados para o enfrentamento da pandemia. Os documentos já foram encaminhados ao Senado Federal, por intermédio da Procuradoria-Geral da República. O caso é de responsabilidade dos Procuradores da República Silvia Regina Pontes Lopes e Cláudio Henrique Machado Dias.

De acordo com princípio da reserva jurisdicional, o compartilhamento das informações obtidas no âmbito das investigações da Operação Apneia com a CPI, ou qualquer outro órgão de controle ou

investigativo, só poderia ser feito mediante autorização da Justiça Federal. Ao obter a autorização judicial, o MPF/PE dá continuidade às medidas que vem adotando para garantir a transparência nos gastos para o combate à pandemia com recursos vinculados ao Sistema Único de Saúde (SUS).

O órgão acompanha a questão desde abril de 2020, por meio de apurações que resultaram na deflagração da Operação Apneia. As investigações foram iniciadas a partir de indícios de ilegalidade na compra de aparelhos respiradores pela Prefeitura do Recife com recursos do Ministério da Saúde.

Íntegra

[Decisão \(Autos nº 0808861-91.2020.4.05.8300 – 36ª Vara da Justiça Federal em Pernambuco\)](#)

Texto com adaptações: Assessoria de Comunicação Social do Ministério Público Federal em Pernambuco

MPF/RN, MPT/RN, MP/RN e DPE/RN acionaram a Justiça Federal para garantir a integralização do esquema vacinal contra a Covid-19

O Ministério Público Federal (MPF/RN), o Ministério Público do Trabalho (MPT/RN), o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte (MP/RN) e a Defensoria Pública estadual (DPE/RN) ajuizaram ação civil pública, com pedido de liminar, para assegurar a aplicação da segunda dose (D2) da vacina Coronavac nos cidadãos potiguares. Com a escassez da vacina e orientação do Ministério da Saúde para aplicação de novas remessas como primeira dose (D1), mais de 56 mil pessoas estão com a imunização em atraso, superando o intervalo indicado de quatro semanas entre as doses.

A ação pede à Justiça Federal a adoção de medidas urgentes pela União, Governo do RN e Prefeitura do Natal para evitar que a ausência da D2 provoque atraso ainda maior na quebra do esquema vacinal e perda da eficácia da imunização.

Íntegra

[Petição Inicial \(Ação Civil Pública nº 0802923-72.2021.4.05.8400 – 4ª Vara da Justiça Federal do Rio Grande do Norte\)](#)

Texto com adaptações: Assessoria de Comunicação Social do Ministério Público Federal no Rio Grande do Norte

MPF no Rio Grande do Sul ajuizou ação civil pública contra associação médica que publicou manifesto em defesa do "tratamento precoce" contra a Covid-19

O Ministério Público Federal no Rio Grande do Sul (MPF/RS) ajuizou ação civil pública contra a associação intitulada Médicos pela Vida por dano potencial à saúde e dano moral coletivo, em razão da publicação no jornal impresso Zero Hora, em 23 de fevereiro deste ano, de informe publicitário contendo manifesto em que defende o “tratamento precoce” contra a Covid-19.

Segundo o órgão, a publicação contraria a legislação e ato normativo que tratam da propaganda e publicidade de medicamentos. Resolução da Anvisa, por exemplo, determina que as informações sobre

medicamentos devem ser comprovadas cientificamente, o que não é o caso daqueles elencados no manifesto quando aplicados a casos de Covid-19. O dano coletivo, no entender do MPF/RS, decorre do fato de a associação Médicos pela Vida ter colocado em risco a saúde da população, induzindo-a a acreditar que o “tratamento” em questão é suficiente para minimizar a replicação viral e atingindo também a honra dos profissionais que não a recomendam, indicando estarem incorrendo inclusive em infração ética.

A inicial da ação também pede que a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) seja condenada a adotar todas as providências de polícia administrativa em relação à publicidade dos medicamentos do "kit covid" promovida pela associação.

Íntegra

[Petição Inicial](#)

Texto com adaptações: Assessoria de Comunicação Social do Ministério Público Federal no Rio Grande do Sul

[Ações da Estratégia Integrada de Atuação contra as Fraudes do Auxílio Emergencial \(EIAFAE\) resultaram, até o momento, na execução de 70 operações especiais para apuração de ilícitos contra o benefício](#)

A Estratégia Integrada de Atuação contra as Fraudes do Auxílio Emergencial (EIAFAE), integrada pela Polícia Federal (PF), Ministério da Cidadania (MC), Caixa Econômica Federal (CEF), Ministério Público Federal (MPF), Receita Federal do Brasil (RFB), Controladoria-Geral da União (CGU) e o Tribunal de Contas da União (TCU) deflagrou, até o momento, 70 operação especiais com o objetivo de apurar desvios de recursos destinados ao pagamento do Auxílio Emergencial.

De acordo com a Casa Civil da Presidência da República, a EIAFAE foi instituída a fim de integrar os trabalhos de órgãos públicos e instituições envolvidas na operação de pagamento e concessão do benefício criado pela [Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020](#).

Operação Quinta Parcela – Na quinta-feira (29), o trabalho da EIAFAE resultou na execução da operação "Quinta Parcela". A ação cumpriu 37 mandados de busca e apreensão, cinco mandados de prisão temporária e três mandados de sequestro de bens nos estados do Pará, Tocantins, Goiás, Rondônia, Mato Grosso do Sul, Pernambuco e São Paulo.

Fonte: Casa Civil da Presidência da República

[Conasems disponibilizou lista com os informes técnicos da Campanha Nacional de Vacinação contra a Covid-19](#)

O Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems) disponibilizou, na quinta-feira (29), lista com os informes técnicos da Campanha Nacional de Vacinação contra a Covid-19 publicados, até o momento, pelo Ministério da Saúde.

Os informes técnicos são produzidos pela Coordenação Geral do Programa Nacional de Imunizações (CGPNI) e pelo Departamento de Imunização e Doenças Transmissíveis (DEIDT), vinculados à estrutura da pasta da Saúde, com o intuito de veicular diretrizes e orientações técnicas para a estruturação e operacionalização da campanha de imunização contra o novo coronavírus.

Para conferir a lista de informes, clique [aqui](#).

Fonte: Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde

Estudo da Fiocruz identificou anticorpos contra o Sars-CoV-2 em animais no Rio de Janeiro

Estudo realizado pelos Laboratórios de Imunologia Viral, de Mosquitos Transmissores de Hematozoários, de Morfologia e Morfogênese Viral e de Vírus Respiratórios e do Sarampo do Instituto Oswaldo Cruz, em parceria com a Universidade Texas A&M, nos Estados Unidos, e a Clínica Veterinária Animal Help, no Rio de Janeiro, identificou a presença de anticorpos contra o vírus Sars-CoV-2 em um cachorro e um gato de rua.

Os animais foram encontrados no RJ e, de acordo com os pesquisadores, o fato reforça as evidências sobre a possibilidade de transmissão humano-animal da infecção causada novo coronavírus. Contudo, destacam os autores do estudo, a ausência de evidências de transmissão da doença para os seres humanos a partir de cães e gatos.

Boletim Observatório Covid-19: apesar da queda no número de casos e óbitos por Covid-19, valores ainda permanecem em patamares críticos

A Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) publicou nova [edição extraordinária do Boletim Observatório Covid-19](#), com vistas a retratar o cenário epidemiológico do país. De acordo com a publicação, a Semana Epidemiológica 15 (18/4 a 24/4) registrou queda no número de casos e óbitos por Covid-19 no Brasil. Entretanto, embora o padrão atual represente a desaceleração da pandemia, indicadores monitorados pelo Observatório Covid-19 da Fiocruz, mostram que a crise sanitária, decorrente do novo coronavírus, pode permanecer em patamares críticos nas próximas semanas.

Além desse alerta, o boletim aborda as tendências de incidência e de mortalidade por Covid-19 e dados relativos à ocupação dos leitos de UTI exclusivamente destinados para atendimento de pacientes acometidos pela doença.

Fonte: Fundação Oswaldo Cruz

Butantan antecipou a entrega de 600 mil doses da CoronaVac ao PNI

Após o recebimento de 3 mil litros de Insumo Farmacêutico Ativo (IFA), em 19 de abril, o Instituto

Butantan antecipou a entrega de 600 mil doses da vacina CoronaVac ao Programa Nacional de Imunizações (PNI) e enviou, na sexta-feira (30), a última parcela do total de 46 milhões de doses objeto do primeiro contrato entre o Butantan e o Ministério da Saúde.

Segundo o instituto, serão iniciadas a produção de 54 milhões de doses concernentes ao segundo contrato celebrado com a pasta da Saúde.

Entregas da CoronaVac ao Programa Nacional de Imunizações (PNI)

Janeiro – 8,7 milhões de doses

Fevereiro – 4,8 milhões de doses

Março – 22,7 milhões de doses

Abril – 5,8 milhões de doses

Fonte: Instituto Butantan

Ministério da Saúde publicou, na quinta-feira, a autorização de 872 leitos de UTI destinados ao tratamento de pacientes acometidos pela Covid-19

Na última quinta-feira (29), o Ministério de Saúde publicou a [Portaria GM/MS nº 809, de 27 de abril de 2021](#), para autorizar, em caráter excepcional e temporário, 872 leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) adulto e pediátrico destinados ao atendimento exclusivo de pacientes com quadros clínicos graves decorrentes da Covid-19. A medida contemplou os estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Minas Gerais, Pará, Pernambuco, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e o Distrito Federal. De acordo com a pasta da Saúde, neste ano foram autorizados mais de 20 mil leitos de UTI Covid-19, ao custo de R\$ 1,3 bilhão.

CrITÉrios para autorização de leitos – Com o objetivo de dispor sobre os critérios para autorização de leitos de UTI adulto e pediátrico, o Ministério da Saúde divulgou, nesta semana, a [Portaria GM/MS nº 829, de 28 de abril de 2021](#). Segundo o ato, a autorização dos leitos submete-se à avaliação técnica, emitida pela Coordenação-Geral de Atenção Hospitalar e Domiciliar, e considera os aspectos epidemiológicos, a rede assistencial disponível e o número total de leitos de UTI já existentes.

14 carretas para transporte de oxigênio medicinal, importadas pela White Martins, chegaram ao Brasil nesta semana

Chegaram ao Brasil, nesta semana, carretas para transporte de oxigênio medicinal adquiridas pela White Martins. Ao todo, 14 veículos foram importados do Canadá, pela empresa, para reforçar a logística de distribuição do insumo.

Segundo o Ministério da Saúde, a importação resulta de ação interministerial e faz parte das medidas empreendidas no Plano Oxigênio Brasil: "o Ministério da Saúde foi o articulador de várias reuniões

realizadas com a Casa Civil e os ministérios da Infraestrutura e da Economia. Como os veículos são usados, normativas brasileiras precisaram ser flexibilizadas para permitir o processo de importação. A partir de agora, as carretas serão emplacadas e passarão por um processo de adequação para rodar pelas estradas brasileiras. Os veículos serão essenciais para aumentar a logística de distribuição de oxigênio medicinal para as instituições de saúde do País. O Ministério da Saúde também possui, hoje, uma carreta criogênica requisitada que sai de Minas Gerais até Rondônia – um trajeto de aproximadamente 10 dias – com capacidade para abastecer diversos estados durante o percurso, como Mato Grosso, por exemplo".

Ações do Plano Oxigênio Brasil – Conforme informações do Ministério da Saúde, neste ano, foram coordenadas a distribuição de, aproximadamente, 500 mil metros cúbicos de oxigênio medicinal. Para pequenos hospitais e unidades de pronto-atendimento, a pasta informou ter enviado mais de mil cilindros do insumo. Além disso, de acordo com o órgão, encontra-se em andamento requisição administrativa para obtenção de mais 500 cilindros de oxigênio medicinal: "o Ministério da Saúde tem coordenado ações junto com a Força Aérea Brasileira (FAB), que faz o transporte de oxigênio para regiões mais necessitadas. A pasta também trabalha incansavelmente para conseguir mais cilindros: já foram enviados 1 mil equipamentos para diversos estados, como Acre, Rondônia, Mato Grosso, Rio Grande do Norte e Paraná. Além disso, está em andamento uma requisição administrativa para 500 cilindros, junto ao estoque excedente das indústrias".

Campanha de vacinação contra a Covid-19: Ministério da Saúde iniciou nova distribuição de imunizantes aos estados e Distrito Federal

O Ministério da Saúde anunciou, na quinta-feira (29), o início da distribuição de mais 5,2 milhões de doses divididas entre as vacinas CoronaVac (104,8 mil) e AstraZeneca/Oxford (5,1 milhões) aos estados e Distrito Federal. De acordo com o [13º Informe Técnico](#) relativo à 15ª pauta de distribuição, o novo lote destina-se a vacinar pessoas entre 60 e 64 anos, profissionais da segurança pública que atuam na linha de frente da pandemia e trabalhadores da saúde de Santa Catarina.

Até o momento, a pasta da Saúde distribuiu mais de 62,6 milhões de doses de vacinas contra a Covid-19 às Unidades Federativas. No total, cerca de 37,5 milhões de brasileiros foram imunizados.

Publicado o Boletim Epidemiológico nº 60 referente à Semana Epidemiológica 16 (18/4 a 24/4/2021)

Com o intuito de publicizar a análise detalhada do perfil de casos e óbitos decorrentes do novo coronavírus e de dados atinentes a hospitalizações e óbitos por Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG) relativos à 16ª semana epidemiológica (18/4 a 24/4/2021), o Ministério da Saúde divulgou o [60º Boletim Epidemiológico Especial – Doença pelo Coronavírus Covid-19](#).

De acordo com o boletim, durante a semana epidemiológica 16 (SE 16) foram registrados 408.124 casos

e 17.814 óbitos novos por Covid-19, com taxa acumulada de incidência e mortalidade estimada em 6.756,9 casos e 183,9 óbitos a cada 100 mil habitantes. Em comparação com a SE anterior, foi verificada a redução de 10% no número de casos e de 12% nas mortes ocasionadas pela doença.

Dados da Semana Epidemiológica 16 (18/4 a 24/4/2021)

- **Número de novos casos por região:** Região Centro-Oeste – 38.417 casos; Região Nordeste – 104.626 casos; Região Norte – 29.131 casos; Região Sudeste – 168.884 casos; Região Sul – 67.066 casos.
- **Número de novos óbitos por região:** Região Centro-Oeste – 1.913 óbitos; Região Nordeste – 3.092 óbitos; Região Norte – 1.321 óbitos; Região Sudeste – 8.729 óbitos; Região Sul – 2.759 óbitos.

O relatório apresenta, ainda, dados sobre os casos de SRAG hospitalizados, casos e óbitos de SRAG por Covid-19, perfil de casos e óbitos por SRAG em profissionais de saúde e gestantes, variantes de atenção e/ou preocupação, casos de reinfeção por Sars-Cov-2 e informações concernentes à vigilância laboratorial.

Segundo o Ministério da Saúde, 864 mil unidades de medicamentos do "kit intubação" serão distribuídos às Unidades Federativas em até 48 horas

Diante do quadro de sobrecarga dos hospitais em decorrência do novo coronavírus e do desabastecimento dos fármacos necessários para o procedimento de intubação orotraqueal de pacientes, o Ministério da Saúde anunciou, na quinta-feira (29), a distribuição de mais 864 mil unidades de medicamentos que compõem o "kit intubação".

Segundo a pasta, estima-se que os insumos serão entregues, em até 48h, conforme pauta estabelecida em conjunto com o Conselho Nacional dos Secretários de Saúde (Conass) e o Conselho Nacional das Secretarias Municipais de Saúde (Conasems).

Demais entregas – Consoante informações do Ministério da Saúde, mais 1,1 milhão de unidades de medicamentos para intubação, doados pela Vale em parceria com outras empresas, chegará ao Brasil nos próximos dias.

Situação epidemiológica do novo coronavírus no Brasil

Dados extraídos do sistema Localiza SUS, em 30 de abril de 2021, informam que o Brasil registra 14.590.678 casos de infecção pelo novo coronavírus e 401.186 óbitos decorrentes da doença.

Fonte: Ministério da Saúde

ADPF nº 830: Governo Federal encaminhou ao STF cronograma com detalhamento das doses

efetivamente contratadas para operacionalização da campanha de vacinação contra a Covid-19

Em cumprimento a [despacho](#) proferido na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 830 pelo relator da ação, Ministro Ricardo Lewandowski, o Governo Federal encaminhou ao Supremo Tribunal Federal (STF), dentre outras informações, cronograma com detalhamento das doses efetivamente contratadas para operacionalização da imunização contra a Covid-19.

A determinação decorre de cautelar suscitada pela CFOAB, a qual requereu que o Governo Federal apresentasse “em até 48 horas, cronograma atualizado com a previsão de recebimento de doses para, no mínimo, os próximos três meses”, assim como que “o cronograma seja publicado no website do Ministério da Saúde e do Governo Federal, bem como seja atualizado com a frequência mínima de 15 dias, caso não haja alterações consideráveis (para mais ou para menos) em período inferior, bem como as referidas informações passem a fazer parte do Plano Nacional de Imunização”.

Íntegra

[Prestação de Informações \(ADPF nº 830\)](#)

ACO nº 3490: Ministra Rosa Weber determinou que a União apresente planejamento detalhado para compra e distribuição de medicamentos do "kit intubação" e designou audiência de conciliação

Ao apreciar a tutela de urgência apresentada pelo Estado da Bahia em face da União, proposta para pleitear o fornecimento de medicamentos empregados no procedimento de intubação orotraqueal, a relatora da [Ação Cível Originária \(ACO\) nº 3490](#), Ministra Rosa Weber, determinou que a União Federal apresente, em até 10 dias, planejamento detalhado das ações adotadas, e das que pretende adotar, para garantir o suprimento dos fármacos que compõem o "kit intubação".

Audiência de conciliação: Além de requisitar a elaboração de planejamento, a ministra Rosa Weber designou audiência de conciliação a ser realizada, em 11 de maio de 2021, às 15:00. Segundo a magistrada, considera-se imprescindível o diálogo e a cooperação institucionais para a solução dos conflitos federativos.

Íntegra

[Decisão \(ACO nº 830\)](#)

Fonte: Supremo Tribunal Federal

Diário Oficial da União

Visando dar publicidade às normas relativas ao enfrentamento do novo coronavírus, confira abaixo alguns atos publicados sobre o tema:

[Lei nº 14.117, de 8 de janeiro de 2021](#) – suspende o pagamento do parcelamento de dívidas no âmbito do Programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro (Profut), criado pela Lei nº 13.155, de 4 de agosto de 2015, durante a vigência de calamidade pública nacional reconhecida pelo Congresso Nacional; e altera as Leis nº 9.615, de 24 de março de 1998, e 10.671, de 15 de maio de 2003.

[Portaria PT nº 228, de 26 de abril de 2021](#) – revoga a Portaria nº 74, de 27 de janeiro de 2020, publicada no DOU nº 19, de 28 de janeiro de 2020, Seção 1, pág. 67, republicada no DOU nº 20, de 29 de janeiro de 2020, que constituiu o Grupo de Emergência em Saúde Pública para monitorar, no âmbito da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), as ações referentes ao novo coronavírus.

[Portaria GM/MS nº 731, de 16 de abril de 2021](#) – institui, em caráter excepcional e temporário, incentivo financeiro federal de custeio para desenvolvimento de ações estratégicas de apoio à gestação, pré-natal e puerpério, com vistas ao enfrentamento da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (Espin) decorrente da pandemia do novo coronavírus. (Republicada por ter saído, no DOU nº 72, de 19-4-2021, Seção 1, pág. 171, com incorreção no original)

[Portaria GM/MS nº 807, de 27 de abril de 2021](#) – cancela a autorização de leitos de Unidades de Terapia Intensiva (UTIs), para atendimento exclusivo dos pacientes acometidos pela Covid-19 e estabelece a devolução de recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde – Grupo Coronavírus (Covid-19), disponibilizado ao Estado de Minas Gerais e Município de Divinópolis.

[Portaria GM/MS nº 809, de 27 de abril de 2021](#) – autoriza leitos de Unidades de Terapia Intensiva (UTIs), para atendimento exclusivo dos pacientes acometidos pela Covid-19.

[Portaria GM/MS nº 808, de 27 de abril de 2021](#) – autoriza, em caráter excepcional e temporário, leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar para atendimento exclusivo dos pacientes acometidos pela Covid-19 e estabelece recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde – Grupo Coronavírus (COVID-19), a ser disponibilizado a Estados e Municípios.

[Portaria GM/MS nº 810, de 27 de abril de 2021](#) – autoriza, em caráter excepcional e temporário, leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar para atendimento exclusivo dos pacientes acometidos pela Covid-19, e estabelece recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde – Grupo Coronavírus (Covid-19), a ser disponibilizado ao Estado do Paraná e Município de Curitiba.

[Portaria GM/MS nº 825, de 28 de abril de 2021](#) – autoriza leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar, em caráter excepcional e temporário, para atendimento exclusivo dos pacientes acometidos pela Covid-19, e estabelece recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde – Grupo Coronavírus (Covid-19), a ser disponibilizado aos Estados e Municípios.

[Portaria GM/MS nº 829, de 28 de abril de 2021](#) – dispõe sobre o procedimento para autorização de leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) Adulto e Pediátrico Covid-19, em caráter excepcional e temporário, para o atendimento exclusivo de pacientes com Síndrome Respiratória Aguda Grave SRAG/ Covid-19.

[Portaria nº 794, de 28 de abril de 2021](#) – em virtude da pandemia decorrente da Covid-19, reconhece o Estado de Calamidade Pública nos municípios de Poço Dantas (PB), Corbélia (PR), Nova Prata do Iguaçu (PR) e Pitanga (PR). Reconhece, também, a Situação de Emergência nos municípios de Umuarama (PR) e Leopólis (PR).

[Portaria nº 795, de 28 de abril de 2021](#) – reconhece, por mais 180 dias, a contar de 05/04/2021, a Situação de Emergência em todo o território do município de Quedas do Iguaçu/PR, em razão da pandemia decorrente do novo coronavírus.

[Pregão eletrônico nº 7/2021 \(UASG 257054\)](#) - nº Processo: 25066000596202147. Objeto: aquisição de insumos médico-hospitalares para atender as ações prestadas no âmbito do Distrito Sanitário Especial Indígena do Tocantins (DSEI/TO), quanto as recomendações de proteção aos trabalhadores dos serviços de saúde no atendimento de Covid-19 e outras síndromes gripais, em decorrência da vigência da pandemia decorrente do novo coronavírus.

[Resolução Gecex nº 193, de 28 de abril de 2021](#) – prorroga direito antidumping definitivo, por um prazo de até 5 (cinco) anos, aplicado às importações brasileiras de tubos de plástico para coleta de sangue a vácuo, originárias da China, Estados Unidos da América e do Reino Unido. Mantém vigente a suspensão, por interesse público, dos direitos antidumping aplicado às importações brasileiras de tubos de plástico para coleta de sangue a vácuo estabelecida pela Resolução Gecex nº 147, de 15 de janeiro de 2021, tendo por objetivo facilitar o combate à pandemia ocasionada pelo novo coronavírus.

[Resolução CMN nº 4.908, de 29 de abril de 2021](#) – autoriza a prorrogação de parcelas dos financiamentos realizados com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e do Fundo Constitucional de

Financiamento do Centro-Oeste (FCO) para atender os setores e atividades mais afetados pela pandemia da Covid-19.

[Resolução RE nº 1.716, de 28 de abril de 2021](#) – defere a retomada do ensaio clínico que avalia a segurança e eficácia das Células-Tronco Mesenquimais NestaCell® no tratamento de pacientes hospitalizados infectados pelo vírus Sars-CoV-2.

Fonte: Imprensa Nacional

O GIAC permanece à disposição pelo e-mail pgr-gabinetecovid19@mpf.mp.br ou pelo telefone (61) 99173-6539.

Gabinete Integrado de Acompanhamento da Epidemia Covid-19

Fontes de informação atinentes ao novo coronavírus

Ministério Público

Gabinete Integrado de Acompanhamento da Epidemia Covid-19 (GIAC) - <http://www.conexao.mp.br/covid19/>

Conselho Nacional do Ministério Público – https://www.cnmp.mp.br/portal/noticias?o=l.start_date&t%5B%5D=&hash=164b143c45a9dec2205c9ab214b89d333b4e3f4e1c9133427d8ae40f9ab65a170276dba0-fe3e6a555d0e9435de7c21bffd36d96db4e2b26b5a4cf7669ab31a68&q=&w1=after&d1=&w2=before&d2=&tags%5B%5D=758&Search=

Conselho Nacional Procuradores-Gerais – <http://mpbrasileiro-coronavirus.com.br/>

Ministério Público do Trabalho – <https://mpt.mp.br/pgt/noticias/dia-do-trabalhador-conheca-as-acoes-adotadas-pelo-mpt-durante-a-pandemia-da-covid-19>

Poder Executivo

Agência Nacional de Aviação Civil – <https://www.anac.gov.br/coronavirus>

Agência Nacional de Energia Elétrica – <https://www.aneel.gov.br/noticias-covid-19>

Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – <http://www.anp.gov.br/noticias/5678-comunicado-acoes-da-anp-em-epoca-de-pandemia>

Agência Nacional de Saúde Suplementar – <http://www.ans.gov.br/aans/noticias-ans/coronavirus-covid-19>

Agência Nacional de Telecomunicações – <https://www.anatel.gov.br/institucional/component/content/article/171-manchete/2541-acoes-do-setor-de-telecomunicacoes-no-combate-ao-coronavirus>

Agência Nacional de Transportes Aquaviários – <http://portal.antaq.gov.br/index.php/importante-coronavirus/>

Agência Nacional de Transportes Terrestres – http://www.antt.gov.br/salaImprensa/noticias/arquivos/2020/03/Confira_as_acoes_da_ANTT_em_face_do_Covid19.html

Agência Nacional de Vigilância Sanitária – <http://portal.anvisa.gov.br/coronavirus>

Banco Central do Brasil – https://www.bcb.gov.br/acesoinformacao/medidasdecombate_covid19

Casa Civil – <https://www.gov.br/casacivil/pt-br> e <https://www.gov.br/casacivil/pt-br/conteudos-coronavirus/noticias-sobre-comunicacao-social>

Casa Civil (Atos Normativos) - <https://docs.google.com/spreadsheets/d/1MK0syn9T2AbKfzQpchzqRqAEcy6zXAnK5IxO-qALAT4/edit?usp=sharing> e http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Portaria/quadro_portaria.htm

Conselho Administrativo de Defesa Econômica – <http://www.cade.gov.br/coronavirus>

Conselho Nacional de Secretarias Municipais – <https://www.conasems.org.br/covid-19/>

Conselho Nacional de Secretários de Saúde – <http://www.conass.org.br/coronavirus/>

Controladoria-Geral da União – <https://www.gov.br/cgu/pt-br/coronavirus>

Fundo Nacional de Saúde - <https://portalfns.saude.gov.br/orientacoes-tecnicas/2489-publicada-portaria-que-regulamenta-aplicacao-dos-recursos-de-emendas-parlamentares-preferencialmente-para-o-enfrentamento-ao-coronavirus-covid->

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – <https://www.ipea.gov.br/coronavirus/>

Instituto Nacional de Propriedade Industrial – <http://www.inpi.gov.br/menu-servicos/patente/tecnologias-para-covid-19/ESTUDOS>

Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – <https://www4.inmetro.gov.br/coronavirus>

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/mapacontracoronavirus>

Ministério da Cidadania – <http://desenvolvimentosocial.gov.br/covid-19> e <http://blog.mds.gov.br/redesuas/>

Ministério da Defesa – <https://operacaocovid19.defesa.gov.br/>

Ministério da Economia - <https://www.gov.br/economia/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/covid-19/timeline>

Ministério da Educação - http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=86791

Ministério da Justiça - <https://www.novo.justica.gov.br/news/coronavirus-confira-as-medidas-adotadas-pelo-ministerio-da-justica-e-seguranca-publica>

Ministério de Minas e Energia – <http://www.mme.gov.br/web/guest/covid-19>

Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos - <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/covid-19>

Ministério das Relações Exteriores – <http://www.portalconsular.itamaraty.gov.br/alertas/covid-19-assistencia-a-brasileiros>

Ministério da Saúde – <https://coronavirus.saude.gov.br/>

Ministério da Saúde (Saúde Indígena) - <https://www.saude.gov.br/saude-indigena/>

Ministério do Turismo – <http://www.turismo.gov.br/coronavirus.html>

Planalto – <https://www4.planalto.gov.br/legislacao/portal-legis/legislacao-covid-19>

Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça – <https://www.cnj.jus.br/coronavirus/>

Superior Tribunal de Justiça - <http://www.stj.jus.br/sites/portalp/Paginas/STJ-no-Combate-ao-Coronavirus.aspx>

Supremo Tribunal Federal – https://transparencia.stf.jus.br/extensions/app_processo_covid19/index.html

Poder Legislativo

Câmara dos Deputados – <https://www.camara.leg.br/temas/coronavirus>

Senado Federal – <https://www.senado.leg.br/senado/hotsites/covid/>

Demais instituições

Associações dos Juizes Federais do Brasil – <https://www.ajufe.org.br/imprensa/noticias-covid-19>

Associação dos Magistrados Brasileiros – https://www.amb.com.br/coronavirus-confirma-decisoes-do-judiciario-relacionadas-ao-enfrentamento-da-pandemia/?doing_wp_cron=1586478574.7145249843597412109375

Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho – <https://www.anamatra.org.br/imprensa/coronavirus>

Associação Médica Brasileira – <https://amb.org.br/coronavirus/>

Confederação Nacional de Municípios – <https://www.cnm.org.br/criises/principal/coronavirus/todos/1>

Conselho Federal de Farmácia – <http://covid19.cff.org.br/>

Conselho Federal de Medicina – <http://portal.cfm.org.br/>

Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – <https://www.enfam.jus.br/portal-covid19/repositorio/>

Fundação Oswaldo Cruz – <https://portal.fiocruz.br/coronavirus>, <https://covid-19.procc.fiocruz.br/> e <https://unidos.fiocruz.br/>

Organização Mundial de Saúde - <https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019>

Organização Pan-Americana de Saúde – <https://www.paho.org/bra/> e https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6101:covid19&Itemid=875

Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) - <http://www.oecd.org/coronavirus/en/>

Rede Covida – <https://covid19br.org/>

Tribunal de Contas da União – <https://portal.tcu.gov.br/coopera/>